



Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

### Licença de Instalação

Nº 47262

Validade 09/05/2020

Protocolo 151204589

O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 151204589, expede a presente Licença de Instalação à:

#### 01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física

**HIDRELETRICA PULO LTDA**

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física

08017740000142

Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física

ISENTO

Endereço

RUA PENTEADO DE ALMEIDA 426

Bairro

\*\*\*\*\*

Município

Ponta Grossa

UF

PR

Cep

84000000

#### 02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento

**PCH PULO - 8,40 MW**

Tipo de empreendimento/atividade

Pequena Central Hidrelétrica - PCH

Número de Unidades

\*\*\*\*\*

Endereço

Rio Iapó, Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, Sub - bacia 64

Bairro

\*\*\*\*\*

Município

Castro

Cep

00000000

Corpo Hídrico do Entorno

Rio Iapó

Bacia Hidrográfica

Tibagi

Destino do Esgoto Sanitário

\*\*\*\*\*

Destino do Efluente Final

\*\*\*\*\*

#### 03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO tem a validade acima mencionada, observados os dados fornecidos no cadastro e no projeto de sistema de tratamento de resíduos ou plano de controle ambiental em anexo, devidamente certificado pelo IAP, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Instalação. Protocolo: 145778328, Licença: 47262, Emissão da Licença: 06/06/2017, Validade: 06/06/2019.

#### CONDICIONANTES:

A presente licença foi emitida de acordo com o que estabelecem o Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 12.651/2012, o Artigo 8º, Inciso II da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, Artigo 2º, Inciso IV da Resolução Nº 065/2008 - CEMA e Resoluções Conjuntas SEMA/IAP Nº 09/2010, 04/2012 e 03/2013, que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, a serem atendidas na próxima fase do Licenciamento Ambiental.

Esta licença foi concedida com base nas informações constantes do Cadastro de Obras Diversas, Relatório Ambiental Simplificado - RAS, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA, Relatório de Desempenho Ambiental do Empreendimento - REDAE, apresentados pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.



Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

## Licença de Instalação

Nº 47262

Validade 09/05/2020

Protocolo 151204589

### DADOS DO EMPREENDIMENTO:

- " Pequena Central Hidrelétrica - PCH PULO
- " Rio Iapó, Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, Sub - bacia 64 - Rio Paraná
- " Coordenadas Geográficas do Barramento: 24°43'04,82"S e 50°08'25,98"W
- " Coordenadas Geográficas da Casa de Força: 24°42'59,31"S e 50°08'23,61"W
- " Cota máxima normal: 953,60 m
- " Cota máxima normal de jusante: 932,00 m
- " Barragem em concreto, com 50,00 m de comprimento de crista e 4,80 m altura
- " Reservatório: 8,40 hectares, sendo 5,47 ha de calha do rio e 2,93 ha que serão efetivamente alagados
- " Potência: 8,40 MW
- " Vazão sanitária garantida a jusante: 1.320 l/segundo (1,32m3/s).

Este empreendimento, de acordo com as características consideradas para emissão desta licença, necessita de Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório e Testes de Comissionamento e, Licença de Operação, sendo que para a obtenção da LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser atendido/apresentado:

- 1) Cumprir, Implementar e Executar todos os programas e recomendações exaradas nos Estudos (RAS e RDPA), mantendo-os num mínimo de cinco anos com orçamento compatível à sua execução, à exceção daqueles definidos com prazo superior.
- 2) Deverá ser mantida a apresentação, ao IAP, de relatórios de todos os Planos, Programas e Sub-Programas no RDPA e outros a serem estabelecidos, com manifestações conclusivas sobre os dados apresentados, em periodicidade conforme cronograma apresentado. Aqueles que não estiverem definidos o prazo de entrega deverão ser enviados mensalmente.
- 3) Implantar o Plano de Ação Emergencial - PAE do empreendimento conforme proposta apresentada.
- 4) Efetuar o registro fotográfico e de imagens de toda a área do empreendimento antes do início da obra, devendo ser repetido antes do enchimento do reservatório e após o enchimento do mesmo. Tal procedimento deverá ser repetido a cada 5 anos, até o término da concessão, visando o registro histórico do empreendimento.
- 5) Apresentar e executar projeto de recomposição e isolamento para a faixa da Área de Preservação Permanente que deverá ser implantada às margens do rio Iapó e seus tributários, nas áreas correspondentes aos imóveis onde se implantará o empreendimento que deverá ser de, no mínimo, 76,00 (setenta e seis) metros, contemplando o isolamento da área.
- 6) Cumprir na íntegra a Portaria IAP nº 097/2012 para manejo e monitoramento da fauna.
- 7) Atender ao previsto no artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) considerando-se as áreas prioritárias para conservação conforme definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (2010), com protocolo específico para tal, devendo ser apresentado o comprovante de registro até a solicitação da Licença de Operação. Deverão ser contempladas todas as áreas que vierem a ser suprimidas para a implantação do empreendimento (alagamento, barramento, canal, casa de força, demais estruturas).
- 8) Atender as questões de anuência do IPHAN/PR / Setor de Arqueologia para a fase de enchimento do reservatório e Licença Ambiental de Operação.
- 9) Apresentar, quando da solicitação de Autorização Ambiental para enchimento do reservatório e Licença de Operação, anuência do IPHAN para a respectiva fase.
- 10) Na execução de Autorização Florestal deve ser dada destinação correta e imediata da matéria prima florestal, tanto a comercial como aquela que não tem valor econômico, devendo estar concluída antes da solicitação ambiental para enchimento do reservatório e testes de comissionamento.
- 11) Não poderão ser localizados pátios de depósito de lenha ou toras dentro das áreas de preservação permanente e/ou das áreas destinadas à alagamento/inundação.
- 12) Deverá ser recolhida a reposição florestal equivalente ao volume proveniente da supressão florestal para implantação da PCH Pulo, conforme Lei Estadual nº 11054/1995 e Decreto Estadual nº 1940/1996 antes da solicitação de licença ambiental para operação - LO.
- 13) A necessidade de supressão de vegetação em área já averbada como Reserva Legal deverá ser precedida de sua regularização.
- 14) O imóvel final consolidado, objeto deste licenciamento, deverá ser registrado no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR/PR, até o prazo de 31 de maio de 2018, de acordo com o artigo 29 da Lei Federal nº 12.651/12 e a Lei Federal 9.257/17, com comprovação até quando da solicitação de autorização ambiental para enchimento do reservatório e testes de comissionamento.
- 15) Firmar, junto à Câmara Técnica de Compensação Ambiental, Termo de Compromisso para medidas



Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

## Licença de Instalação

Nº 47262

Validade 09/05/2020

Protocolo 151204589

compensatórias aos impactos ambientais previstos para a implantação do empreendimento, conforme disposto na Lei Federal nº 9.985/2000, com protocolo específico para tal, apresentando o comprovante de recolhimento até a solicitação de Licença de Operação.

- 16) Deverá ser mantida vazão remanescente de 1320,0 l/segundos (1,32 m³/s), de garantia para o trecho à jusante do barramento.
- 17) Solicitar Autorização Ambiental para enchimento do reservatório e testes de comissionamento conforme Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 004/2012.
- 18) A Linha de Transmissão/Distribuição, para o trecho Subestação PCH Pulo - Subestação PCH Castro, deve ser regularizada com pedido em separado do Licenciamento Ambiental, com definição do traçado, e respectivas anuências de proprietários nos casos em que for necessário de acordo com o estabelecido na Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 009/2010.
- 19) Apresentar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA para aprovação concomitante com a Licença Ambiental de Operação.
- 20) O empreendedor deverá manter uma página na internet com o nome do empreendimento, na qual deverá conter as informações da PCH Pulo, tais como, estudos, relatórios, licenças ambientais, ente outros, responsabilizando-se em manter atualizadas as informações e disponíveis para o acesso público.
- 21) Todos os programas e projetos apresentados que deverão ser executados referentes às condicionantes desta Licença Ambiental de Instalação deverão ter as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, ou equivalente, devidamente recolhidas e anexadas aos respectivos projetos.
- 22) O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto nº 6.514/08.
- 23) A presente Licença Ambiental de Instalação poderá ser suspensa, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, conforme disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA nº 237/97.
- 24) Esta Licença de Instalação foi emitida para potência de 8,40 MW.
- 25) O empreendedor deverá pronunciar-se sobre o aceite das presentes condicionantes em até 30 dias após o recebimento desta licença.

Esta Licença foi concedida com base nas informações constantes do Cadastro de Obras Diversas apresentado pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

"O IAP, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambiental expedida, quando ocorrer:

- I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização;
- III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde."

"O não cumprimento à legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/2008 regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008."

"A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual nº 857/79, art. 7º, parágrafo 2º."

"As ampliações ou alterações no empreendimento ora licenciado de conformidade com o estabelecido pela Resolução nº 065/2008 - CEMA, de 01/07/08, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada."



Secretaria do Estado do Meio  
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

**Licença de Instalação**

Nº 47262

Validade 09/05/2020

Protocolo 151204589

Edilaine Vieira da Silva  
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental  
e Licenciamento Especiais - DIALE  
IAP